

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.404.731 - CE (2018/0313671-6)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE : BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
ADVOGADOS : NEY JOSE CAMPOS E OUTRO(S) - MG044243
ÉRIKA TATIANE GOMES SPINA - SP291442
CARLOS FERNANDO DE SIQUEIRA CASTRO - CE014326
AGRAVADO : QUINTA AVENIDA COMÉRCIO DE BIJUTERIAS LTDA - ME
AGRAVADO : ALAYDE NB BIJUTERIAS LTDA
AGRAVADO : MARIA MUNDOQUINHA VALE ALBINO DE OLIVEIRA
ADVOGADO : PAULO OTÁVIO MOTA CORREIA - CE012090

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto pelo BANCO SANTANDER BRASIL S.A., contra a decisão que inadmitiu o recurso especial, fundado no art. 105, III, alínea "a", da Constituição Federal, visando reformar acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

Nas razões do nobre apelo, o recorrente debate os seguintes temas: a) inaplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor; b) capitalização mensal dos juros, independente da pactuação expressa; e c) redução das *astreintes*.

É o relatório. Decido.

Aplicação do Código de Defesa do Consumidor:

Acerca da aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor, é pacífica a jurisprudência desta Corte de Justiça acerca da sua incidência aos contratos bancários, nos termos da Súmula 297/STJ, assim redigida: "O Código de Defesa do Consumidor é aplicável às instituições financeiras".

Capitalização mensal de juros:

Nos termos dos arts. 1.021 e 1.030, § 2º, ambos do Código de Processo Civil, é cabível agravo interno contra a decisão que nega seguimento a recurso especial com base no art. 1.030, I, *b*, do mesmo Códex Processual.

Nesse sentido, confira-se o enunciado n. 77 do Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal, aprovado na I Jornada de Direito Processual Civil, publicado em 1º de setembro de 2017:

ENUNCIADO 77 – Para impugnar decisão que obsta trânsito a recurso excepcional e que contenha simultaneamente fundamento relacionado à sistemática dos recursos repetitivos ou da repercussão geral

(art. 1.030, I, do CPC) e fundamento relacionado à análise dos pressupostos de admissibilidade recursais (art. 1.030, V, do CPC), a parte sucumbente deve interpor, simultaneamente, agravo interno (art. 1.021 do CPC) caso queira impugnar a parte relativa aos recursos repetitivos ou repercussão geral e agravo em recurso especial/extraordinário (art. 1.042 do CPC) caso queira impugnar a parte relativa aos fundamentos de inadmissão por ausência dos pressupostos recursais.

Incabível, assim, o agravo em recurso especial para discutir a inadmissibilidade do apelo nobre no que tange à capitalização de juros.

Modificação do valor relativo às astreintes:

Na espécie, quanto à modificação do valor relativo às *astreintes*, o Tribunal Estadual concluiu que o valor arbitrado deve ser mantido, nos seguintes termos (fls. 4.462/4.463):

No caso vertente, o Julgador *a quo* determinou o cumprimento da tutela antecipada, no sentido de cessarem os débitos nas contas bancárias das requerentes, sob pena de pagamento de multa diária, fixada no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais).

Ocorre que o valor global da multa chegou ao valor de R\$ 810.718,40 (oitocentos e dez mil, setecentos e dezoito reais e quarenta centavos), sendo reduzido na sentença em estudo, reconhecida a exorbitância, para a importância de R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais).

A readequação do valor global das *astreintes* realizada pelo Juízo de Primeiro Grau encontra respaldo na jurisprudência deste Sodalício.

(...).

Dessa forma, o valor das *astreintes* arbitrado pelo Juízo de primeiro grau em R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais) mostra-se razoável e proporcional ao caso em análise, atendendo às suas finalidades, posto que mantém o seu caráter coercitivo, sem caracterizar o enriquecimento sem causa das demandantes.

A jurisprudência desta Corte Superior é firme no sentido de que rever os critérios adotados, na instância de origem, para modificar o valor fixado a título de multa diária (*astreintes*), esbarra no óbice do enunciado da Súmula n.º 7 do Superior Tribunal de Justiça.

Ante o exposto, **conheço em parte do agravo e, nesta extensão, nego-lhe provimento.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, **majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, ressalvada a eventual concessão**

da gratuidade de justiça.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente

